

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A RECONDUÇÃO NA
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
EDA - ELETRICIDADE DOS AÇORES, S.A.

PONTA DELGADA
ABRIL DE 2017

| | |
|---|------------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES | |
| ARQUIVO | |
| Entrada <u>1409</u> | Proc. n.º <u>16.24</u> |
| Data: <u>07/04/27</u> | N.º <u>1 XI</u> |



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 24 de abril de 2017, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de proceder à audição do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para a recondução no cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

O *Curriculum Vitae* do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1º. CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”. (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A)

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição”. (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A)

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos”. (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A)



2º. CAPÍTULO - AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

O Prof. Duarte Ponte, na qualidade de gestor indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da EDA, cargo que exerce desde 2011, iniciou a sua audição com uma breve apresentação do seu currículo, bem como do Grupo EDA, quer ao nível da estrutura acionista, quer das empresas que o constituem.

O gestor indigitado fez menção ao Relatório e Contas do ano de 2016 do Grupo EDA, que será apresentado em Assembleia Geral no próximo dia 27/04/2017, tendo realçado que todas as empresas do grupo tiveram resultados positivos, que o consumo de energia em 2016 aumentou 1,4%, que a dívida bancária do grupo diminuiu cerca de 15 milhões de euros e o custo da dívida reduziu para metade do ano anterior, ou seja, teve um custo médio da dívida de 1,29%.

O grupo EDA irá apresentar, em 2016, um resultado positivo de 19,2 milhões de euros, o qual resulta, também, de um ajustamento positivo, referente a despesas ocorridas em 2015 e que apenas foram aceites pela ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) em 2016. Contribuíram de forma significativa para este resultado a empresa EDA, S.A. com um resultado de 11,45 milhões de euros e a empresa EDA Renováveis com um resultado de 6,2 milhões de euros.

O ano de 2016 ficou ainda marcado por uma avaria no transformador da central geotérmica do Pico Vermelho, em São Miguel, que provocou uma descida significativa na produção da energia geotérmica. Esta situação está totalmente resolvida.

Em 2016, após a publicação do orçamento de Estado a EDA pagou aos municípios dos Açores as compensações devidas pela utilização dos bens do domínio público e privado municipal no âmbito da exploração da concessão do transporte e distribuição de eletricidade, cujo valor total atingiu os 4,7 milhões de euros.

O gestor público mencionou que os resultados de 2016 da Norma-Açores (com 50 trabalhadores), da GLOBALEDA (com 87 trabalhadores) e da SEGMA (com 55



trabalhadores) aumentaram significativamente em relação a 2015, o que está de acordo com a evolução da economia regional. Estas três empresas empregam trabalhadores altamente qualificados nas áreas de engenharia, formação profissional e de consultadoria. A EDA tem um quadro de pessoal de 713 trabalhadores e a empresa EDA Renováveis de 48 trabalhadores.

O Deputado Carlos Silva começou por destacar a importância estratégica do grupo EDA para a economia regional e os excelentes resultados alcançados em 2016, tendo questionado se tinham sido repostos os direitos dos trabalhadores, quer ao nível de remunerações, quer ao nível das carreiras e categorias e qual a evolução prevista para o preço das tarifas de eletricidade. Perguntou ainda sobre alguns detalhes dos investimentos que o grupo EDA pretendia realizar, com destaque para:

- Centrais hídricas reversíveis em São Miguel e Terceira.
- Instalação da central de valorização energética em São Miguel.
- Eletrificação da Fajã da Caldeira de Santo Cristo em São Jorge.
- Postos de abastecimento para veículos elétricos.

O Prof. Duarte Ponte afirmou que a EDA e o Governo Regional têm vindo a fazer tudo para compensar e repor os direitos que foram retirados aos trabalhadores, desde 2012, e que tudo foi feito de acordo com o disposto na lei. A EDA não remunerou mais os trabalhadores da EDA porque a lei não o permitiu.

Afirmou que o preço da tarifa de eletricidade depende da ERSE e não da EDA, mas tem como expectativa que haja uma manutenção ou aumento muito reduzido dos preços de eletricidade nos próximos anos.

No que diz respeito aos investimentos da EDA Renováveis, indicou que o parque fotovoltaico de Santa Maria, com um investimento de 1,2 milhões de euros, aguarda a emissão da licença; que o parque fotovoltaico do Corvo, com um investimento de 150 mil euros, está dependente apenas da legalização e aquisição do terreno; que a hídrica nas Flores, com um investimento de 7 milhões de euros, aguarda a concessão do recurso hídrico. A EDA Renováveis tem já pronto o projeto e o estudo de impacto ambiental da hídrica da Ribeira Grande, nas Flores e conta ainda este ano lançar o concurso para a



respetiva empreitada. Após a entrada em funcionamento desta central hídrica a ilha das Flores poderá atingir uma taxa de penetração de renováveis da ordem dos 87%, que será a maior dos Açores.

Quanto à geotermia, estão previstos investimentos que rondam os 52 milhões de euros, até 2020, dos quais se destacam novos poços geotérmicos no Pico Vermelho, e no complexo Cachaço – Lombadas, em São Miguel, e no Pico Alto, na ilha Terceira. Neste valor insere-se também as possíveis ampliações da Central do Pico Vermelho em mais 5 MW e do Pico Alto em mais 7 MW. Disse também que no caso da geotermia há que ter em atenção que existem sempre incertezas e condicionantes quando se vão realizar novos poços geotérmicos, pelo que a prossecução deste projeto depende muito dos resultados alcançados aquando da perfuração. Também serão avaliados projetos nesta área, nas ilhas do Faial e Graciosa.

No que toca às hídricas reversíveis, o Prof. Duarte Ponte indicou que os estudos preliminares das hídricas reversíveis foram enviados à ERSE para análise em 29/09/2016 e que esta criou um grupo de trabalho para a sua análise. Os estudos preliminares das hídricas reversíveis já mereceram pareceres positivo da Direção Regional do Ambiente. Realçou que a EDA está também atenta à evolução do custo das baterias e da experiência da Yunicos na ilha Graciosa.

Descreveu ainda os vários investimentos em curso da EDA nas diversas ilhas dos Açores na área da produção, transporte e distribuição.

No que diz respeito à eletrificação da Caldeira da Fajã de Santo Cristo disse que o custo do investimento em energia eólica, hídrica ou fotovoltaica naquele local seria muito avultado atendendo às condicionantes daquele lugar, para além de que somente através desse tipo de energia não será possível garantir a qualidade necessária para o serviço, pelo que não dispensaria uma pequena unidade térmica ou a utilização de baterias. Por este motivo, considerou que a solução mais adequada passaria por colocar uma linha de transporte de energia elétrica de média tensão, proveniente da Fajã dos Cubres ou da Serra do Topo, pois nesta segunda opção, apesar de ser um caminho mais longo, seria mais estável, ainda que o investimento seja sempre elevado.



Disse também que a instalação da central de valorização energética em São Miguel implicará a necessidade de armazenagem de energia durante a noite a não ser que se deslastrasse as hídricas durante este período. Referiu que a incineração e a geotermia funcionam permanentemente, ou seja, durante 24 horas. Se o projeto de ampliação da geotermia tiver êxito e se a Central de Valorização de resíduos em São Miguel for em frente será possível atingir taxa de penetração de renováveis da ordem dos 75%, logo que haja um sistema de armazenagem de energia.

Em relação aos Açores, referiu que caso se avancem com todos os investimentos previstos, a previsão será a de que a Região atinja, em 2020, 50% ou mais, de energia elétrica produzida a partir de fontes renováveis.

Ao nível dos postos rápidos de carregamento para veículos elétricos, está previsto instalar cerca de 26 postos em toda a Região, mas tal depende do tipo de carregador e do interesse dos privados na concessão dos postos.

A deputada Catarina Furtado questionou se o Prof. Duarte Ponte tinha conhecimento de um estudo de viabilidade sobre a central de valorização energética e se concordava com os valores que nele constavam ao nível das receitas provenientes da venda de energia elétrica. Questionou sobre o custo estimado para a eletrificação da Fajã de Santo Cristo e sobre se, em virtude das declarações da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo da inexistência de estudos sobre a mobilidade elétrica o trabalho realizado em parceria entre aquela secretaria e a EDA S.A., se cingiu à determinação do número de postos de carregamento. Perguntou, ainda, sobre a localização e o valor do investimento das hídricas reversíveis em São Miguel, bem como sobre as receitas do operador privado da central de valorização energética por incineração da ilha Terceira e respetivas compensações por deslastragem a outros centros electroprodutores. Por fim perguntou, atendendo à taxa de penetração indicada pelo Prof Duarte Ponte, se a taxa de 60% de energia elétrica produzida a partir de fontes de energias renováveis a atingir em 2020, indicada pela Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, era à partida inviável.



Relativamente às perguntas colocadas, o gestor público realçou que o negócio da EDA é a produção de energia e não o tratamento de resíduos e que não conhece o estudo de viabilidade económica apresentado. Quanto às hídricas reversíveis, foi estudada, inicialmente, a localização na Lagoa das Furnas, mas que havia um conjunto vasto de restrições ambientais. Foram estudados em alternativa mais dois locais, Graminhais Sul e Graminhais Norte. O local que mereceu melhor consenso em termos ambientais foi o Graminhais Norte. O custo estimado do Graminhais Norte é de 35,4 milhões de euros. Na Terceira o estudo preliminar da hídrica reversível da Serra do Morião aponta para um valor de 26,4 milhões de euros. Se houver um sistema de armazenagem de energia e se os novos poços geotérmicos tiverem sucesso será possível atingir nesta ilha cerca de 60% de renováveis. Com estas taxas penetração de renováveis nestas duas ilhas e com os vários investimentos em renováveis nas outras ilhas que se estão a efetuar será possível atingir 60% de renováveis a nível Açores.

A eletrificação da fajã de Santo Cristo tem um custo estimado à volta de 1,5 milhões de euros, mas só com o projeto é que poderemos ter o valor mais exato. A instalação da rede de carregadores rápidos de carros elétricos é um projeto do Governo Regional no qual naturalmente a EDA colabora. Tudo indica que esta rede poderá avançar já em 2017. As receitas da CAEN (parque eólico privado) rondam os 700 mil euros anuais e o valor das compensações ronda os 25%.

A deputada Catarina Cabeceiras perguntou qual a data prevista de arranque do investimento da eletrificação na ribeira da areia, uma vez que tal é aguardado à algum tempo, e questionou, também, no âmbito da eletrificação da fajã de Santo Cristo, e deduzindo que o estudo mencionado tenha sido solicitado pelo Governo Regional, se foram avaliadas as várias hipóteses para essa eletrificação. Quanto às energias renováveis e uma vez que, segundo declarações públicas, perspetiva-se que a região será abastecida por 50% de energias renováveis em 2020, indo assim de encontro com as metas ambientais colocadas pela União Europeia, perguntou se tal será possível cumprir. Também questionou se os investimentos mencionados relativos à geotermia na ilha Terceira, seriam realizados no decorrer deste ano.



Às perguntas colocadas, o Prof. Duarte Ponte respondeu que o investimento na ribeira da areia está inscrito no plano de investimentos da EDA (55 mil euros), mas não sabe precisar a data certa do arranque da obra. Quanto à eletrificação na fajã de Santo Cristo, afirmou que já foram estudadas várias hipóteses, hídrica, eólica ou fotovoltaica, mas que será sempre necessário instalar uma fonte de energia térmica para regular a rede o que implica levar o combustível até ao local. Relativamente ao cumprimento das metas estabelecidas para energia renovável, entende que os Açores estão acima de outras regiões como a Madeira ou Canárias. Disse que a meta de 60% de penetração de energia renovável a nível Açores comporta alguns riscos, nomeadamente do sucesso dos novos poços geotérmicos. As ilhas de São Miguel e Terceira são fundamentais, pela sua dimensão, para assegurar o cumprimento desta meta, pelo que os investimentos nestas ilhas deverão ser realizados em breve, face à mais valia da geotermia.

Por sua vez, o deputado Paulo Estevão perguntou sobre o projeto “Corvo Renovável” e os motivos pelos quais não avançou, bem como sobre qual a visão estratégica do Prof. Duarte Ponte para a duração do seu mandato na EDA, se poderia existir uma privatização da maioria do capital da EDA e se a presença de privados no capital social condicionava o investimento público na coesão territorial.

O gestor público indicou que o grupo EDA tinha como metas para 2020 a produção de mais de 50% de energia renovável, ter um grupo empresarial sólido, estável e de referência, com todas as empresas a apresentarem resultados positivos, com empregos estáveis, qualificados e bem remunerados e com um contributo importante para a economia da Região Autónoma dos Açores.

No que diz respeito ao projeto “Corvo Renovável”, este depende de se encontrar no Corvo uma fonte renovável que só pode ser energia eólica ou fotovoltaica. A EDA já montou uma torre meteorológica para medir o regime de ventos durante todo o ano. Os ventos fortes registados provocaram danos irreparáveis nesta torre o que demonstrou que qualquer aerogerador a ser colocado no Corvo deve ser de grau 1, ou seja, ter a capacidade de resistir a ventos até 250 km/hora. Além disso, a EDA já levou vários fabricantes de aerogeradores ao Corvo com vista a encontrar o tipo de aerogerador que melhor se adequa a esta ilha. A conclusão das obras no porto vai permitir conhecer



melhor que tipo de embarcação poderá atracar ao porto e que permita transportar os referidos aerogeradores que são sempre de grandes dimensões. Para tornar a ilha do Corvo 100% renovável é necessário fazer um investimento no valor de 7,8 milhões de euros, para o qual é necessário encontrar soluções de financiamento adequadas. A EDA tem muito interesse e vontade em tornar as ilhas do Corvo e das Flores como símbolos dos Açores, com percentagem elevada de energias renováveis. Mas para isso é preciso encontrar fontes de financiamento. Para se atingir taxas de penetração de renováveis da ordem dos 100% são precisos investimentos muito elevados e por isso inviáveis em termos económicos. Veja-se o caso do projeto da Younicos na Graciosa. Foi ainda confirmado que 1 dos 26 postos de carregamento rápido dos veículos elétricos seria instalado no Corvo.

Relativamente à privatização, o Prof. Duarte Ponte afirmou que tal depende da vontade dos acionistas e não de si, como Administrador. Disse também que a presença de privados no capital social da EDA nunca impediu que fossem realizados investimentos públicos importantes para a coesão territorial, e deu como exemplo investimentos avultados realizados em ilhas como Santa Maria, Corvo e Flores, que pela sua dimensão, implica uma menor rentabilidade. Pode implicar, em alguns casos, uma gestão mais ponderada e mais tempo para diluir o investimento por vários anos.

O deputado Paulo Mendes perguntou se foram considerados, nos valores apresentados, as fontes de energia renovável a cargo de empresas privadas, tendo sido confirmado que sim.

O deputado António Vasco elogiou os resultados positivo de 19 milhões de euros em 2016 do Grupo EDA, “sobretudo tendo em conta que as restantes empresas publicas regionais registaram resultados negativos em 2015”, tendo questionado de seguida sobre o valor recebido a título de compensação da ERSE, se o preço do petróleo pode afetar ou adiar a evolução de geotermia nos Açores e se a hídricas reversíveis estão dependentes de um parecer positivo da ERSE. Questionou ainda sobre o reenquadramento de funções de trabalhadores da EDA e se o impedimento tem sido total ou se houve exceções autorizadas pela Vice-Presidência.



O Prof. Duarte Ponte indicou que em 2016 foram recebidos 27 milhões de euros da ERSE, a título de compensação, e que, no passado, o valor chegou a ser superior a 40 milhões de euros, evidenciando assim que a EDA é, atualmente, muito mais eficiente. Informou que sem a compensação da ERSE a tarifa média seria superior em cerca de 27%.

Afirmou ainda que a ERSE não pode impedir a construção das hídricas reversíveis, mas poderá não conceder financiamento. A aprovação da ERSE depende de se comprovar que é uma solução mais barata para o sistema ou que pelo menos não vai encarecer o sistema elétrico regional. A evolução do preço do petróleo tem de ser vista também a longo termo, dado que a vida útil de uma hídrica reversível é de 50 anos. Quanto aos trabalhadores, garante que está a ser cumprida a lei. Ao nível dos reenquadramentos apenas foram feitos nas áreas operacionais onde estava em causa a segurança. Deu como exemplo que uma central térmica não pode funcionar sem o chefe de uma central e que uma brigada que faz a manutenção nas subestações ou nos postos de transformação tem de ter também uma chefia. De qualquer modo todos os reenquadramentos realizados foram feitos de acordo com a lei, pedindo-se sempre autorização à Vice-Presidência para esse efeito. O mesmo se passou com as novas admissões.

O deputado José Ávila enalteceu o trabalho desenvolvido pela EDA na promoção da coesão territorial dos Açores e os resultados alcançados, tendo colocado algumas questões relacionadas com a possibilidade de os Graciosenses poderem beneficiar de tarifas mais reduzidas de eletricidade, devido ao projeto da Younicos na Graciosa. Perguntou também sobre a taxa de penetração de renováveis na Graciosa com o projeto da Younicos e se os problemas de intermitência na rede elétrica na ilha Terceira estavam resolvidos

O gestor indigitado afirmou que quer o Governo Regional, quer a EDA, sempre tiveram muito empenhados no projeto inovador da Younicos na ilha Graciosa e que a sua exploração irá iniciar-se provavelmente em junho de 2017. Trata-se de um investimento muito elevado, que só pode ir em frente porque recebeu incentivos a nível regional e porque a ERSE o tratou de uma forma distinta. Considerou que este projeto é uma referência a nível nacional e até internacional e será importante conhecer os seus



resultados que poderão ser aplicados eventualmente noutras ilhas. O projeto da Yunicos colocou a Graciosa e os Açores “no mapa”, sendo expectável atingir uma taxa de penetração de renováveis da ordem dos 65%. Disse também que as tarifas elétricas na ilha Graciosa continuarão a ser iguais ao todo nacional pois que são reguladas pela ERSE. Quanto às interrupções no fornecimento de energia elétrica na ilha Terceira, têm vindo a diminuir substancialmente, estando hoje muito próximas das da ilha de São Miguel. Os tempos de interrupção a nível Açores têm também vindo a ser reduzidos, ao longo dos anos. Graças aos investimentos feitos na rede de transporte e distribuição, a rede elétrica nos Açores está cada vez mais fiável mesmo em situações de muito mau tempo.

3º. CAPÍTULO - POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

PS

O Grupo Parlamentar do PS manifesta parecer favorável à indicação do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte para a recondução no cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA - Eletricidade dos Açores, S.A.

PSD

O Grupo Parlamentar do PSD abstém-se relativamente à recondução do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte no cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA - Eletricidade dos Açores, S.A. No sentido de voto pesam, parcialmente, as questões laborais por resolver, para as quais as explicações prestadas não se afiguram suficientes.

CDS-PP

O CDS-PP não se pronunciará relativamente à indigitação do Governo Regional, uma vez que esta é da responsabilidade deste, para além de que o parecer desta Comissão não é vinculativo.



BE

O Grupo Parlamentar do BE/Açores nada tem a opor à nomeação e recondução, do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte para a Presidência do Conselho de Administração da EDA.

PPM

A Representação Parlamentar do PPM nada tem a opor à nomeação e recondução, do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte para a Presidência do Conselho de Administração da EDA.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Anexo ao relatório o *Curriculum Vitae*.

O Presidente

Miguel Costa



Duarte José Botelho da Ponte, natural do Pico da Pedra, Concelho de Ribeira Grande nasceu em 1954, é casado e pai de dois filhos.

É licenciado em Engenharia Química, em 1976, pela Universidade do Porto, Doutoramento em Tecnologia Alimentar, em 1986, pela Universidade Wageningen, Holanda, e Professor Associado da Universidade dos Açores, desde 1990.

Exerceu os cargos de Director do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores, entre 1989 e 1993 e de Pró-Reitor da Universidade dos Açores, para as áreas da Ciência e do Planeamento, entre 1991 e 1996.

Foi orientador de diversas teses de Mestrado e de Doutoramento e responsável pela orientação de Bolsas de pós-doutoramento e de doutoramento.

Exerceu o cargo de Secretário Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, entre 1996 e 2008.

Exerce o cargo de Presidente do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, desde 2009.

Faz parte dos órgãos sociais da APREN, ELECPOR e Wave Centre e integra o Grupo Técnico de Acompanhamento do H2020 – Societal Challenge 3: Secure, Clean and Efficiency Energy.

Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Electricidade dos Açores e da EDA Renováveis, de 2011 a 2017.